

LEGISLAÇÃO DO ENSINO TÍPICO RURAL

- 1) DECRETO n. 6.047, de 19-8-1933 - Instala uma Escola Normal em Piracicaba e dá outras providências.
art. 12 886º
- 2) DECRETO n. 6.225, de 18-12-933 - Susta a execução do Decreto 6.047, de 19-8-1933.
- 3) DECRETO n. 7.268, de 7-7-1935 - Dispõe sobre a organização do Grupo Escolar de Butantã e o funcionamento de escolas junto a empresas industriais.
- 4) DECRETO n. 8.927, de 19-1-1938 - Instituição de CLUBES DE TRABALHO.
- 5) DECRETO n. 9.951, de 2-2-1938) - Dispõe sobre a criação de grupos escolares rurais e sobre o respectivo pessoal, docente e administrativo.
(Consolidação)-Art.410 a 419)
- 6) DECRETO-LEI n. 13.625, de 21-10-1943 (Consolidação - Art. 41 a 51) - Dispõe sobre a criação da Assistência Técnica do Ensino Rural e dá outras providências.
- 7) DECRETO-LEI n. 13992, de 23-5-1944 (Consolidação - Art. 907 a 852) - Dispõe sobre a criação do curso de especialização agrícola na Escola Profissional Agrícola Industrial Mista de Pinhal.
- 8) DECRETO-LEI n. 14.553, de 22-2-1945 (Consolidação - Art. 807 a 418) - Dispõe sobre regulamentação do concurso de Ingresso ao cargo de adjunto dos Grupos Escolares Rurais
- 9) DECRETO-LEI n. 15.142, de 19-10-1945 (Consolidação - art. 807 a 852) - Aprova o Regimento dos Cursos de Especialização Agrícola na Escola Profissional Agrícola Industrial Mista de Pinhal.
- 10) DECRETO-LEI n.15.597, de 26-1-1946 (Consolidação Art. 421) - Dispõe sobre a vigência do artigo 4, do Decreto n. 8.951, de 2-2-38.
- 11) DECRETO n. 17.820, de 23-12-47 - Dispõe sobre a regulamentação do concurso para o cargo de diretor de grupo escolar rural.
- 12) ATO n. 36, de 23-12-1947 - Dispõe sobre a orientação dos Clubes Agrícolas.
- 13) DECRETO n. 17.910, de 27-1-948 - Institui o Curso de Especialização Agrícola para o Magistério Rural.

- 14) LEI n. 82, de 25-2-1948 - Faculta aos alunos do Curso de Formação Profissional de Professores das Escolas Normais de Pinhal, Jacareí e São Manoel a realização do Curso de Especialização de Professores Normalistas para o Ensino Rural.
- 15) DECRETO n.18.102, de 4-5-1948 - Altera dispositivos do Decreto n.17.820, de 23-12-1947 e dá outras providências.
- 16) Ato n.20, de 4-5-1949 - "Altera as instruções expedidas pelo Ato n.16, de 30-3-1948, relativas à nomeações de substitutos efetivos de grupos escolares rurais e a substituições em unidades escolares."
- 17) DECRETO n. 18350, de 8-11-1948 - Dispõe sobre substituição de diretores de grupos escolares rurais.
- 18) LEI n.387, de 27-7-949 - Dispõe sobre concessão de aposentadoria facultativa aos 25 anos de exercício, aos professores primários. (art. 2 - acrescimento de 1/5 de tempo de exercício em escolas isoladas da zona rural)
- 19) LEI n. 627, de 9-12-949 - Dispõe sobre a forma de provimento dos cargos de diretor e professores de grupos escolares rurais e de escolas típicas rurais e dá outras providências.
- 20) LEI n. 737, de 15-6-950 - Dispõe sobre o concurso para o provimento dos cargos de diretor de grupo escolar rural.
- 21) LEI n. 826, de 3-11-950 - Assegura aos professores municipais rurais nomeados por concurso em 1938 e 1949, o direito de inscrição no concurso de remoção de professores primários do Estado. (Art. 2, estende aos professores e diretores do ensino típico rural)
- 22) LEI n. 881, de 6-12-950 - Dispõe sobre a instalação de uma Escola Normal Rural em Piracicaba, de acordo com o Decreto 6.047, de 19-8-933 e dá outras providências.
- 23) LEI n. 967, de 29-1-951 - Modifica a redação do parágrafo único do art. 3, da Lei 577, de 30-12-1949. (Provimento de cargo de Assistente Téc. do Ensino Rural)

- 24) LEI n. 1.391, de 21-12-1951 - Reajusta vencimentos de cargos do Magistério primário e dá outras providências, (art. 6 - gratificação instituída pelo art. 4. Dec. 8.951, de 2-2-938: Art. 7 - gratificação por dia de trabalho, prof. de escola isolada da zona rural que residir no local.)
- 25) LEI n. 1.392, de 21-12-951 - Reajusta vencimentos de cargos de Magistério Secundário, Normal, Industrial e Agrícola e dá outras providências. (art. 5 - eleva a gratificação do assistente pedagógico dos cursos de especialização agrícola, da T.E. Rural)
- 26) LEI n. 1.589, de 21-5-1952 - Estabelece condições para a criação de grupos escolares rurais e dá outras providências.
- 27) LEI n. 1.647, de 11-7-1952 - Dispõe sobre o provimento dos cargos de Inspetor do Ensino Rural e Assistente Técnico do Ensino Rural e dá outras providências.
-
- Lei 1944, de 24-11-952 (Pub. em 28-11-952. - Institue concurso de remoção de professores G. E. Rurais.
- Lei 2116, de 27-12-952 (Pub. em 30-12-952 - Institue concurso de diretores G.E.R. a realizar-se anualmente nas férias de verão e dá outras providências.
- Decreto 21.899, de 4-12 - 952 (Pub. 5-12-952 - Regulamenta a Lei 1647 de 11-7-952 que dispõe sobre o concurso para provimento dos cargos de Inspetor do Ensino Rural e Assistente do ensino rural.
- Lei nº 2026, de 24-12-952 (Pub. em 27-12-952. - Fixa em dois anos o prazo de validade do concurso para provimento do cargo de professor do ensino técnico rural (rípico?)
- Decreto 22199, de 23-4-953 (Pub. em 28-4-953. - Regulamenta a lei 1944, de 24-11-952 que dispõe sobre o concurso de remoção de professores primários do ensino típico rural.
- Lei 2158, de 7-7-953 (Pub. em 11-7-953. - Dispõe sobre a criação, transferência, conversão, instalação e supressão de escolas típicas rurais.